

E aí, fomos atrás das informações do Orçamento, e primeiro gostaria de registrar que a reunião que o Secretário de Planejamento propôs antes do encaminhar o Orçamento, não aconteceu.

Deixo aqui a nossa crítica: mais uma vez a Secretaria do Planejamento não tem tratado a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento como se deve. Primeiramente foi feito um compromisso, era para ter sido feita uma reunião para que as indicações e as solicitações da população nas audiências pudessem, pelo menos, ser apresentadas; quais entrariam e quais as dificuldades que poderiam ter para fazer a implementação.

Observando algumas informações como, por exemplo, no Tribunal de Justiça, Grande São Paulo, temos a valor de 202 milhões; Campinas, 1,114 milhão; Bauru, 159 milhões; Araçatuba, 158 mil; Região Central, 161, e por aí vai.

Gostaria que fosse apresentada na TV Alesp, que isso é a forma como o Governo do Estado está estruturando a proposta do orçamento. Ele coloca alguns pontos: Em relação ao Tribunal de Justiça Militar; Sistema Judiciário Militar; Sistema de Educação, é outro item; Gestão Pedagógica e da Educação Básica: a definir; Alimentação Escolar: a definir; Tecnologia da Informação e Comunicação: a definir.

Tudo o Governo do Estado coloca, na proposta do orçamento para 2013, quase tudo é "a definir". Coloca o quanto será alocado em cada uma das regiões administrativas, para cada um dos programas, mas não apresenta qual a cidade, nem quanto, efetivamente, cada região vai receber.

Fizemos questão, Sr. Presidente, de ver, no Estado de Minas Gerais, que já tem um orçamento mais transparente, o orçamento de fato regionalizado, um orçamento que tem o compromisso com a população e com os Deputados, não só de apresentar as proposições, mas inclusive de acompanhar a execução orçamentária.

Em relação aos aeroportos, uma das propostas constantes do orçamento, o desenvolvimento aeroviário para Minas Gerais, temos - cidade de Ponte Nova: um aeroporto, 7 milhões de reais; cidade de Caxambu: reforma e melhoramento do aeroporto de Caxambu, 4,2 milhões reais; Itajubá: construção do terminal do aeroporto em Itajubá, 50 milhões de reais.

Temos informações para Pato de Minas, Paracatu, Januária, Jequitinhonha, Almenara, Aracuí, Teófilo Otoni, Rio Doce, Governador Valadares, demonstrando qual é a cidade, qual será a obra a ser executada, e qual o montante a ser destinado para cada uma dessas obras, no Estado de Minas Gerais.

Aqui coloquei a questão do aeroporto. Mas temos também a questão das escolas, a construção de um prédio de 10 salas e demais dependências, da Escola Estadual de Liberdade, Teófilo Otoni; temos também para Comercinho, Almenara, Antonio Dias, Governador Valadares, Guaiás, e cada uma colocando qual a cidade, qual o valor a ser executado e qual a estrutura da obra que será executada naquela cidade.

Isso demonstra que é possível fazer um orçamento regionalizado, um orçamento descentralizado, detalhando qual a obra, qual a proposta a ser apresentada, em qualquer área, seja para o Tribunal de Justiça, para a construção de fóruns, seja em relação à construção e adequação das escolas estaduais, seja na duplicação e ampliação das estradas estaduais, seja na ampliação e reforma dos hospitais estaduais.

Portanto, Minas Gerais já está fazendo o seu orçamento descentralizado, regionalizado. E mais uma vez o Estado de São Paulo deixa a desejar. É um Estado desenvolvido, é um Estado rico, mas ainda não consegue ter uma competência no gerenciamento, de estruturar o orçamento mais próximo da população.

Vamos continuar cobrando. Se Minas Gerais consegue fazer, o Estado de São Paulo também teria toda a capacidade e toda a possibilidade de fazer o orçamento descentralizado.

Sr. Presidente, aproveito que hoje, 15 de outubro, é o Dia do Professor, para deixar aqui o nosso registro, para os professores que tanto têm batalhado por uma escola de qualidade, por uma educação de qualidade. Temos percebido que esse mesmo retorno, por parte do Governo, acaba não sendo apresentado.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Alex Manente.

* * *

Está para ser discutida a estruturação do plano de carreira, há um debate para ser estruturado, inclusive em relação aos professores que hoje estão dando aula, os professores substitutos, que já eram, para muitos deles terem os mesmos direitos, seja em relação ao lamspe, seja em relação aos professores que hoje são os concursados, os efetivos do Estado, e muitas vezes acaba não se resolvendo.

O Estado de São Paulo, como eu disse, já tem um problema de estruturação do orçamento, e podia, pelo menos, resolver o problema do funcionalismo da Educação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ALEX MANENTE - PPS - Tem a palavra o nobre Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado João Antonio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia, em primeiro lugar gostaria de parabenizar todos os professores e educadores. Enfim, o Magistério público, mas também os professores da rede privada de ensino, pelo dia de hoje, 15 de outubro, em que se comemora o Dia do Professor, e da professora, porque 80% do Magistério é constituído pelo público feminino.

Quero render as minhas homenagens, principalmente porque essa é uma área que conheço bem, pois sou professor da rede pública. Eu lecionei durante muito tempo na rede particular e em universidades privadas, aqui em São Paulo, mas a minha origem é na escola pública, na rede municipal e na rede estadual de ensino.

Portanto, hoje é um dia de comemoração e, sobretudo de luta, porque aqui em São Paulo não temos muito a comemorar. Até porque o Governo Estadual, por exemplo, tem desvalorizado, tem organizado ataques ao Magistério estadual de várias formas.

Uma dessas formas que eu gostaria de citar aqui, por exemplo, é o não cumprimento da Lei nº 11.738, de 2008, que instituiu o piso nacional salarial, mas o Governo Estadual do PSDB, o Governador Alckmin, não respeita a legislação. Não respeita a jornada do piso dessa lei.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Luiz Claudio Marcolino.

* * *

Ao mesmo tempo o Governo Alckmin, do PSDB, insiste em manter a Lei nº 1.093, de 2009, que criou a famigerada quarentena para os professores OFAs e ACTs e essa mesma lei, criou a categoria "O" que impede que os professores tenham direito a aposentadoria pública e o direito a utilizar o Hospital do Servidor Público Estadual. Enfim, é um professor que tem várias restrições nos seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Eu tenho a certeza que esses professores não têm muito a comemorar no dia de hoje, sem contar, logicamente, que o Magistério estadual, os professores da rede estadual, trabalha em condições extremamente precárias, enfrentando a violência nas escolas e enfrentando a superlotação de salas. Temos professores que trabalham em escolas de lata, no Estado de São Paulo. Ainda temos mais de 70 escolas de lata, muitas delas aqui na capital, na região da Zona Sul, na Capela do Socorro, Parelheiros e Grajaú.

Nós temos uma quantidade imensa de escolas de latas, nossos professores continuam trabalhando em escolas que não têm nem quadras para a prática das aulas de Educação Física, uma disciplina que é obrigatória e faz parte do currículo escolar como determina a Lei nº 9.394/96, a famosa LDBEN - Lei de Diretrizes e Base, da Educação Nacional.

Agora os professores, mesmo nessas condições tão adversas e precárias, continuam lutando heroicamente para oferecer o mínimo de qualidade de ensino na nossa Rede Estadual.

Mas só isso não basta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é importante que o Governo valorize de fato os professores e todos os servidores, que valorize todos os profissionais da Educação, porque só assim nós vamos poder comemorar de fato o Dia do Professor, o dia 15 de outubro.

Enquanto o professor da rede estadual não tem uma carreira digna, não tem a evolução funcional; enquanto a carreira do Magistério foi dividida em várias categorias, como L, F e O, que só têm prejudicado o Magistério e, sobretudo quando se prejudica o Magistério nós sabemos que o grande prejudicado também é o aluno, os 5 milhões de alunos matriculados na rede.

Então, eu faço aqui um apelo e uma exigência ao Governo Estadual: que aprove imediatamente um plano de carreira, construído coletivamente com as entidades representativas do Magistério; que faça discussão coletiva, com toda a comunidade escolar, de um plano Estadual de Educação. O estado mais rico da Federação não tem ainda um plano estadual; a nossa Educação está à deriva. É um absurdo o que vem acontecendo.

Sobretudo, fazemos um apelo e, ao mesmo tempo, uma exigência, para que o Governo Estadual invista em salários dignos e acabe com essa política de gratificação, de bonificação, de falsa meritocracia, de falsas provas para os professores OFAs e ACTs. É uma barbárie o que o Governo do PSDB tem feito contra os professores da Rede Estadual. Os professores querem concurso público de provas e títulos, querem salários dignos. É inconcebível que um professor tenha um vale-refeição de apenas R\$ 8,00, o "vale coxinha".

Fazemos um apelo e também exigimos que o Governo invista, de fato, em Educação, no professor, no Magistério e nos servidores da Educação. Sabemos que o professor é o protagonista do processo educacional. Sem um professor motivado, com salário digno e profissão valorizada, não haverá a oferta da Educação pública, gratuita e de qualidade.

Portanto, viva o professor! Viva o dia 15 de outubro! E viva, sobretudo, a luta dos professores da Rede Estadual de Ensino! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o nobre Deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores, assomo à tribuna, mais uma vez, para dizer que os professores ganham mal, mas não são só os professores. Os funcionários públicos em geral ganham com grande dificuldade, num país que consome recursos orçamentários de grande monta contra a violência.

A violência não deixa que exista um atendimento médico-hospitalar decente. As vítimas da violência vão aos pronto-socorros e hospitais e consomem leitos fundamentais, leitos caríssimos, e o orçamento escoa pelo ralo. Aí, quando o cidadão que porta molestia necessita de um leito hospitalar ou de emergência, não tem, e acaba morrendo na fila.

É essa a realidade com que convivemos. Parece que não enxergamos isso; o Governo não consegue enxergar que fazer a prevenção na área de Segurança vai melhorar - e muito - o atendimento médico-hospitalar. Fazendo a prevenção nessa área, certamente melhoraremos os salários dos professores, dos médicos, dos agentes policiais em geral. Todos ganham mal porque gastamos recursos enormes contra a violência, e não fazemos a prevenção.

Qual é a dificuldade de termos segurança? Qual a dificuldade do Governo em garantir o direito de ir e vir ao cidadão? Tire as armas dos marginais! Dentro dos estádios não acontece nada porque eles deixam a arma lá fora, no ônibus ou no carro. Acaba o jogo, eles pegam a arma e atiram. Os marginais fazem isso diuturnamente. Constrange-me muito ouvir a mídia falar de um garoto de 16 anos, no Jardim Miriam, portando uma AR-15, uma metralhadora. A minha função é de prolongar a vida, seja de um cidadão de bem, seja de um marginal. O Governo acaba facilitando a ação desses marginais deixando-os empunharem um fuzil, arma restrita ao Exército. Eles atiram nas pessoas, inclusive em policiais. Foram assassinados 83 policiais. Só na semana passada, foram 12 na Baixada Santista. Constrange-me dizer que assassinaram 83 PMs desta tribuna, mas quantos marginais não foram mortos também? São marginais jovens e adolescentes que nós não cuidamos porque não conseguimos controlar a bebida alcoólica e as drogas, que são as principais causas da marginalidade.

Não podemos ficar de braços cruzados. Temos de exigir que o Governo faça blitz para o desarmamento em pontos estratégicos. O PM Flávio Adriano do Carmo, de 45 anos, foi morto na zona Sul. Ele trabalhava no 3º Batalhão de Choque e estava fazendo um bico numa padaria, usando colete à prova de bala. O tiro de um fuzil perfurou o colete e ele acabou sendo morto. Foi ao PS do Hospital Campo Limpo, mas não resistiu. Sou cirurgião geral e sei o que é ser ferido por tiro de um fuzil. Se efetuado na cabeça ou no tórax é fatal, não há como sobreviver. No final de semana tivemos uma missa, com uma caminhada pela paz, do sargento Marcelo Fukuhara, de 48 anos, em Santos. O sargento foi assassinado quando passeava com o cachorro. Tinha até uma escolta militar, mas baixou um pouco a guarda e resolveu passear com o cão. Ele foi assassinado por garupa de moto. Marcelo era muito querido em Santos.

O que adianta nós protestarmos se o Governo é insensível? Se eles fossem sensíveis, o Governo poria toda a Polícia Militar, a Polícia Civil, com a ajuda da Guarda Metropolitana, escoltaria os agentes federais e faria blitz em todos os pontos desta cidade, deste Estado e deste país, inclusive nas fronteiras. Recrutaria o Exército e cercaria as fronteiras, não deixando passar as armas ilegais, roubadas, contrabandeadas, que matam, infelicitam e vão parar na mão dos jovens marginais, que acabam assassinando tantas pessoas. Temos de fazer algo. Não dá mais para aceitar essa situação porque é muito difícil para todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Tem a palavra o nobre Deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Bittencourt. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Alex Manente. (Pausa.)

Esgotada a lista de oradores inscritos, vamos passar à Lista Suplementar. Tem a palavra o nobre Deputado Rui Falcão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Edson Ferrarini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Olímpio Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Dilmo dos Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Jooji Hato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Alex Manente. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, telespectadores da TV Assembleia, volto novamente a esta tribuna para fazer uma reflexão sobre o "Dia do Professor", hoje, dia 15 de outubro.

Já fiz aqui, no meu primeiro pronunciamento, uma homenagem a todas as professoras e professores do nosso Estado e do nosso País, fazendo não só uma comemoração, uma homenagem, mas também uma análise crítica e uma reflexão da situação hoje do magistério e, principalmente, do que vem acontecendo no nosso Estado - e que já citei aqui -, que é uma situação de calamidade pública, dos ataques sistemáticos feitos pelos governos do PSDB contra os professores da Rede Estadual, uma rede que não tem evolução na carreira, não tem um plano decente de carreira, não tem plano estadual, uma rede que vive o drama da superlotação de salas, drama da violência nas escolas, drama dos baixíssimos e aviltantes salários.

Essa a situação da Rede Estadual de ensino hoje. Os professores estão trabalhando heroicamente nessas péssimas condições.

No plano mais geral, a situação é também muito grave porque os professores hoje do Brasil estão na luta para pressionar o Governo Federal e o Congresso Nacional a aprovarem o investimento de 10% do Produto Interno Bruto - PIB - em educação. Mas há resistência no Congresso, no Executivo Federal.

O Ministro da Fazenda Guido Mantega disse, recentemente, que, se o Brasil investir 10% do PIB em educação, o Brasil vai quebrar. É inconcebível que um ministro da Fazenda do PT diga isso contra a educação brasileira.

Tenho dito que o que quebra o Brasil é a falta de investimento. Investir 10% do PIB na educação quebra a ignorância, quebra o subdesenvolvimento, quebra a miséria educacional e social. Mas parece que o ministro não está interessado nisso. Ele está interessado em apenas pagar os juros da dívida pública, em enriquecer mais ainda os rentistas e os especuladores da dívida pública, os banqueiros nacionais e internacionais.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

* * *

Esse parece ser o compromisso do Ministro Guido Mantega. O seu compromisso não é com a educação pública gratuita, democrática, laica e de qualidade. Senão não diria uma frase tão infeliz como essa, mas que representa a posição do Governo Federal. Não tenho dúvida em relação a isso. Essa frase não está solta no ar. Ela representa a vontade hoje do Governo Federal de não investir 10% do PIB em educação, sobretudo em educação pública.

Ao mesmo tempo, estamos assistindo aqui, indignados, a tentativa de seis governadores de Estado tentando inviabilizar o reajuste do piso nacional salarial dos professores e das escolas públicas. Esses governadores, representando esses seis estados, entre eles o Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Roraima, entraram com uma Adin no Supremo Tribunal Federal para impedir que haja o reajuste do piso nacional salarial. Se depender desses governadores, haverá mudança no índice e para o ano que vem, 2013, o reajuste será inferior a 10% do piso nacional, que já é extremamente baixo para os professores, está muito aquém das necessidades dos professores de escolas públicas do País.

Hoje, o piso por 40 horas semanais é de apenas 1451 reais. É um absurdo que o Brasil pague esse salário para os seus professores por 40 horas. O professor praticamente tem de lecionar o dia todo para receber 1451 reais na rede pública e têm muitas redes que nem cumprem esse piso. Várias redes estaduais e principalmente municipais não cumprem o piso nacional, muitos não cumprem a própria jornada do piso. Citei aqui o próprio Governo do Estado de São Paulo. O governo do PSDB afronta a lei e não cumpre a jornada do piso salarial. É muito grave a situação hoje do Brasil. Sem contar que muitos governadores e prefeitos não investem também o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal e pela LDB de 25% do orçamento em Educação. Muitos estados e municípios estão também sonegando esse investimento ou maquiando os recursos da Educação, incluindo nesse percentual gastos que não são com manutenção e desenvolvimento do ensino, colocando programas sociais, programas de cultura e de segurança que deveriam ser financiados por outras secretarias. Esta é a situação dos professores. Os professores hoje estão lecionando em condições extremamente precarizadas em todo o território nacional, sobretudo aqui no Estado de São Paulo.

Fica aqui o nosso grito de guerra, de luta, a nossa solidariedade aos professores, inclusive colocando o nosso mandato - até porque o meu mandato é um mandato de professores da rede pública de ensino, sou professor da rede pública e diretor de escola licenciado para poder exercer o cargo - à disposição do magistério. Nós aqui tentamos representar um pouco das aspirações, das demandas e das lutas do magistério como um todo, dos professores, do pessoal do quadro de apoio, dos especialistas, dos gestores em Educação pública, mas não é suficiente. Nós precisamos que haja uma política educacional que valorize de fato o magistério e todos os servidores da Educação. Mais uma vez minha homenagem a todos os professores do Estado de São Paulo e do País.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - O pedido de V. Exa. é regimental, antes, porém, esta Presidência, cumprindo disposição constitucional, adita à Ordem do Dia o PLC 31/12 e o PL 554/12, que tramitam com urgência constitucional. A Presidência adita ainda à Ordem do Dia o PLC 34/12, vetado.

Havendo acordo de líderes, antes de dar por levantados os trabalhos, convoco V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de 11 de outubro e os aditamentos ora anunciados, lembrando-os ainda da Sessão Solene a realizar-se hoje, às 20 horas, com a finalidade de comemorar o Dia da Polícia Civil.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e nove minutos.

* * *

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 9/10/2012

PROCESSO RGE Nº 2079/2011

Interessada: ADMINISTRAÇÃO

Assunto: Contratos Administrativos celebrados entre este Poder e as empresas Telefônica Brasil S/A (Telefônica) para a prestação de serviços de telecomunicações por meio de transmissão de voz e de outros sinais, visando à prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), mensal e continuado, contemplando as ligações do tipo Fixo-Fixo e Fixo-Móvel Local, de Longa Distância Nacional Intra-Regional, de longa Distância Nacional Inter-Regional e de Longa Distância Internacional por meio de 243 (duzentas e quarenta e três) linhas diretas para as chamadas originadas de telefones fixos instalados nas dependências do Palácio 9 de Julho, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações; e Empresa Brasileira de telecomunicações S/A (Embratel) para a prestação de serviços de telecomunicações por meio de transmissão de voz e de outros sinais, visando à prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), mensal e continuado, contemplando as ligações do tipo Fixo-Fixo e Fixo-Móvel Local, de Longa Distância Nacional Intra-Regional, de longa Distância Nacional Inter-Regional e de Longa Distância Internacional por meio de acessos digitais bidirecionais, Feixe E1 – 2MB, a partir da cen-

tral privada de PABX, para as chamadas originadas de telefones fixos instalados nas dependências do Palácio 9 de Julho, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações - Aditamentos contratuais para fins de prorrogação dos prazos de execução contratual, pelo período de até 07 (sete) meses e até 6 (seis) meses, respectivamente, com manutenção da Cláusula Resolutiva nos respectivos contratos.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista do contido nos autos do Processo RGE nº 2079/2011, que cuida do assunto em epígrafe, considerando as solicitações devidamente justificadas da lavra do diretor do Serviço de Administração Geral às fls. 990/991 a dilação dos respectivos prazos de execução contratual por um período adicional de até 06 (seis) meses e 7 (sete) meses, com manutenção de Cláusula Resolutiva, períodos previstos como adequados para a conclusão dos procedimentos licitatórios visando às novas contratações (Processos Digitais nº 2626/2012 e 498/2012), sem que haja descontinuidade na prestação dos serviços, que ratifica; à vista das manifestações das empresas Contratadas, EMBRATEL, a fls. 1004 e TELEFÔNICA, a fls. 999/1000; considerando a manifestação do Serviço de Compras, a fls. 1045/1046, afirmando que os preços praticados por ambas as empresas Contratadas mostram-se vantajosos a esta Administração, que ratifica; considerando o Parecer nº 289-1, de 2012, exarado pela Procuradoria da Assembleia Legislativa, a fls. 1054/1062; à vista da manifestação da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário – DPCO 633/2012, a fls. 1052, atestando a existência de recursos orçamentários suficientes para a realização da despesa ora pretendida, a qual é compatível com o Plano Plurianual – PPA 2012/2015 – Lei nº 14.676/2011 (Programa 150 – Processo Legislativo) e com as Leis de Diretrizes Orçamentárias LDO 2012 – Lei nº 14.489/2011 e LDO 2013 – 14.837/2012, e o atendimento das exigências da Lei Complementar federal nº 101/2000, em especial no que se refere ao disposto em seu art. 16, inciso II, que ora ratifica; e, ainda, em face do encaminhamento do Secretário Geral de Administração, a fls. 1112/1113, **DECIDE**:

I – **AUTORIZAR**, com fundamento nos artigos 57, inciso II, da Lei federal nº 8.666/1993, bem como no § 3º da Cláusula Quarta do ajuste, os aditamentos aos Contratos firmados entre este Poder e a Telefônica Brasil S/A (Telefônica) para a prestação de serviços de telecomunicações por meio de transmissão de voz e de outros sinais, visando à prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), mensal e continuado, contemplando as ligações do tipo Fixo-Fixo e Fixo-Móvel Local, de Longa Distância Nacional Intra-Regional, de longa Distância Nacional Inter-Regional e de Longa Distância Internacional por meio de 243 (duzentas e quarenta e três) linhas diretas para as chamadas originadas de telefones fixos instalados nas dependências do Palácio 9 de Julho, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações; e entre este Poder e a Empresa Brasileira de telecomunicações S/A (Embratel) para a prestação de serviços de telecomunicações por meio de transmissão de voz e de outros sinais, visando à prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), mensal e continuado, contemplando as ligações do tipo Fixo-Fixo e Fixo-Móvel Local, de Longa Distância Nacional Intra-Regional, de longa Distância Nacional Inter-Regional e de Longa Distância Internacional por meio de acessos digitais bidirecionais, Feixe E1 – 2MB, a partir da central privada de PABX, para as chamadas originadas de telefones fixos instalados nas dependências do Palácio 9 de Julho, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações; e entre este Poder e a Empresa Brasileira de telecomunicações S/A (Embratel) para a prestação de serviços de telecomunicações por meio de transmissão de voz e de outros sinais, visando à prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), mensal e continuado, contemplando as ligações do tipo Fixo-Fixo e Fixo-Móvel Local, de Longa Distância Nacional Intra-Regional, de longa Distância Nacional Inter-Regional e de Longa Distância Internacional por meio de acessos digitais bidirecionais, Feixe E1 – 2MB, a partir da central privada de PABX, para as chamadas originadas de telefones fixos instalados nas dependências do Palácio 9 de Julho, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações, com vistas à prorrogação de seus respectivos prazos de execução contratual, por até 07 (sete) meses e até 6 (seis) meses, respectivamente, com manutenção da cláusula resolutiva, nos termos das solicitações de fls. 990/991;

II - **APROVAR** as Minutas de Termo de Aditamento Contratual apresentadas pela Procuradoria da ALESP, a fls. 1063/1065 e fls. 1066/1068;

III - **AUTORIZAR** a realização das despesas decorrentes, no valor de até R\$ 56.369,70 (cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e nove reais e setenta e centavos) – EMBRATEL e de até R\$ 343.564,27 (trezentos e quarenta e três mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos) – TELEFÔNICA, nos termos da informação, da reserva financeira e dos cálculos contábeis, efetuados pelo Departamento de Finanças, a fls. 1052, fls. 1047 e fls. 1048/1050, respectivamente; e

IV - **DELEGAR** competência ao senhor Secretário Geral de Administração para representar este Poder nas assinaturas dos respectivos Termos de Aditamento Contratual, os quais deverão ser publicados, consoante determina a legislação vigente.

(Decisão nº 2958/2012);

DE 19/10/2012

NOMEANDO, nos termos do inciso II do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, em virtude de aprovação em concurso público:

KARIN FERNANDES DE ARAUJO, RG nº 272956545, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de ANALISTA LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata a Resolução Nº 878/12, em vaga decorrente da aposentadoria de JESSÉ VIANA DE ANDRADE.

(Decisão nº3048/2012);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

RICARDO MESSIAS BARBOSA, RG nº 29641724-5, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR VII, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de MARCIA MELLITO ARENAS.

(Decisão nº3049/2012);

VINICIUS ZAPIA ZERBETTO, RG nº 33872051-0, para exercer, em comissão, o cargo de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de EDMILSON MARTINS DE CASTRO.

(Decisão nº3050/2012);

TORNANDO SEM EFEITO:

a Decisão nº 2880/2012, publicada em 19/09/2012, de nomeação de SOFIA SAHEKI SKULSKI, RG nº 263298589, do cargo de ANALISTA LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata a Resolução Nº 878/2012.

(Decisão nº3051/2012);

CESSANDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, dos funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat. 11280, ANDRE JOSÉ TRASSATO, a partir de 19/10/2012 (Decisão nº 3038/2012);

ATRIBUINDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, para os funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat. 22730, LUCIANA BRAGA PEREIRA, GED Nível II, a partir de 16/10/2012

(Decisão nº 3039/2012);